

## PARECER ADMINISTRATIVO TÉCNICO

**Assunto:** Recurso interposto no Pregão Eletrônico nº 14/2025 – Serviços de Assistência Domiciliar à Saúde (Home Care)

Processo Administrativo nº: 9169/2025

**Interessado:** Secretaria Municipal de Saúde

**Recorrente:** Assistencial e Serviços em Saúde Ltda. – CNPJ 15.029.586/0001-94

**Recorrida:** AID Assistência em Home Care Ltda. – CNPJ 58.448.629/0001-89

### I – RELATÓRIO

O presente processo trata de recurso administrativo interposto pela empresa Assistencial e Serviços em Saúde Ltda., em face da aceitação da proposta da empresa AID Assistência em Home Care Ltda., no âmbito do Pregão Eletrônico nº 14/2025, cujo objeto é o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência domiciliar à saúde (home care), conforme as condições e especificações estabelecidas no Edital.

Em síntese, a Recorrente sustenta que a proposta apresentada pela Recorrida seria manifestamente inexecutable, por representar apenas 44,76% do valor estimado no edital, e por não contemplar o piso salarial nacional dos técnicos de enfermagem, previsto na Lei Federal nº 14.434/2022, o que, em seu entender, configuraria descumprimento da legislação trabalhista e afronta à Lei nº 14.133/2021.

Por sua vez, a empresa AID Assistência em Home Care Ltda., em suas contrarrazões, argumenta que o objeto licitado é de execução sob demanda, sem caracterização de vínculo celetista, sendo as prestações de serviço eventuais e variáveis, o que afasta a obrigatoriedade de observância ao piso salarial da enfermagem. Alega ainda que comprovou a exequibilidade de sua proposta em diligência prévia, reconhecida pela Pregoeira responsável.

### II – ANÁLISE ADMINISTRATIVA

A Secretaria Municipal de Saúde, na qualidade de unidade demandante, procede à análise administrativa preliminar do recurso, limitando-se aos aspectos de regularidade formal e coerência com o edital.

Constata-se que o recurso foi interposto dentro do prazo legal, atendendo às exigências do art. 165 da Lei nº 14.133/2021, e versa sobre matéria de mérito relacionada à exequibilidade da proposta e à aplicação do piso salarial nacional.

Quanto ao conteúdo do Edital, observa-se que:



- O item 6.3 do Edital determina que os valores propostos devem incluir todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas e tributários incidentes sobre a execução dos serviços;
- O item 6.17.1 (do Termo de Referência) admite como comprovação de vínculo dos profissionais a carteira de trabalho (CLT), contrato de prestação de serviços ou vínculo societário, não impondo a obrigatoriedade de regime celetista;
- O objeto é descrito como prestação de serviços sob demanda, com execução por plantão, visita ou sessão, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde (item 15.2 do Edital), afastando o regime de dedicação exclusiva de mão de obra;
- A empresa AID comprovou, por diligência administrativa, a viabilidade econômico-financeira de sua proposta, atendendo ao art. 59, §2º da Lei nº 14.133/2021;
- Ainda, a recorrente apresentou falhas de habilitação documental, o que fragiliza seu interesse recursal (art. 165, §1º, da Lei nº 14.133/2021).

Dessa forma, verifica-se que a forma de execução contratual prevista no edital admite modelos de prestação de serviço eventual e variável, não impondo vínculo contínuo entre a contratada e os profissionais, o que repercute diretamente na metodologia de composição dos custos.

Assim, a proposta da empresa AID Assistência em Home Care Ltda está em conformidade com o edital, considerando que o Piso Nacional da Enfermagem (Lei nº 14.434/2022) não se aplica a serviços prestados sob regime autônomo, eventual ou por RPA;

E quanto a exequibilidade da proposta, a empresa AID Assistência em Home Care Ltda, já comprovou a viabilidade econômica durante a diligência;

Por fim, encaminho os autos à Procuradoria Geral do Município, para emissão de parecer jurídico conclusivo, conforme o rito previsto na Lei nº 14.133/2021.

São José do Vale do Rio Preto/RJ, 17 de outubro de 2025.





**MUNICIPIO SÃO JOSE DO VALE DO RIO PRETO**

RUA PROFESSORA MARIA EMÍLIA ESTEVES, Nº 691 - CENTRO

SJVRP/RJ - CEP: 25780-000

FONE (24) 2224-7404



CÓDIGO DE ACESSO

EABC67C90B7341A3AF08BCD103FEDBE1

**VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS**

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://sjvriopreto.flowdocs.com.br/public/assinaturas/EABC67C90B7341A3AF08BCD103FEDBE1>